



MUNICÍPIO DE CUBA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata Nº19

29-04-2025

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Cuba, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Biblioteca Municipal de Cuba, com a seguinte ordem de trabalhos.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

1- INFORMAÇÕES; -----

2- RATIFICAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. -----

3 - ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO. -----

ORDEM DO DIA: -----

1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade municipal, feita nos termos da alínea c) do nº.2 do artigo 25.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no período de **01/02/2025 a 31/03/2025. Para Conhecimento.** -----

2 – Relatório de Gestão e das Contas do Exercício de 2024 do Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda., em conformidade com os artigos 24.º e 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, em articulação com os artigos 246.º n.º 1 al. e) e 270-G, ambos do Código das Sociedades Comerciais. Razões do Atraso na Conclusão do Documento. **Para conhecimento.** -----

3

3 – Apreciação dos Documentos de Prestação de Contas Individuais do Município de Cuba, reportadas ao ano de 2024, em conformidade com o artigo 76.º n.º 1 da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual. **Para deliberação.** -----

4 – Apreciação da Revisão n.º 1 ao Orçamento Municipal de 2025 e respetivas GOP's, em conformidade com o artigo 25.º n.º 1 al. a) da Lei n.º 75/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual. **Para deliberação.** -----

5 – Proposta de Regulamento da Praia Fluvial de Albergaria dos Fusos. **Para deliberação.** -----

O Presidente da Assembleia saudou todos os presentes , declarou aberta a sessão e pediu para que fosse feita a chamada. -----

Estiveram presentes nesta sessão os seguintes membros: -----

João Duarte Oliveira Brito Palma; -----

Carlos José Maltez Almeida; -----

Francisco Eduardo Beçudo Galinha;-----

Helena Sofia Pereira Ferreira Lança; -----

Teresa José Leão Isidro Galó; -----

José Francisco Ribeiro Roque; -----

Francisco Manuel Carapuça Fitas; -----

André Chaveiro Vargas; -----

Dulce de Fátima Remechido Carvalho Vasco; -----

Pedro Miguel Galinha Machado; -----

Júlia Maria Mourata Costa Baltazar; -----

Fernando Manuel Corexo Candeias ; -----

José António Cardeira Machado; -----

António Francisco Frágoso Ramos;-----

Diogo José da Silva Machado; -----

Faltaram a esta sessão os seguintes deputados : -----

Bruno Filipe Pacheco Arvanas; -----

Luís Carlos Cardoso Varela; -----

Luís António Botecas Varela; -----

José Alberto Lança Pacheco -----

Estiveram também presentes nesta sessão, o Presidente João Português, a Vereadora Sandra Serrano, os Vereadores Hugo Soudo e Jorge Caixeiro, os Chefes de Divisão Dr. Vítor Fialho, Dra. Carmen Estrela e o Revisor Oficial de Contas, Dra. Jéssica Godinho. -----

Antes da Ordem do Dia : -----

1 – INFORMAÇÕES ; -----

Presidente Assembleia – deu conhecimento da correspondência recebida. Enumerou os eventos onde a Assembleia esteve representada. -----

2 – RATIFICAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. -----

A ata da sessão anterior foi aprovada por unanimidade.-----

Não se registaram intervenções. -----

3– ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO ; -----

Deputada Dulce Vasco – leitura de saudação. -----

“Mais uma vez, celebramos o dia do futuro- O 25 de Abril.

Este ano, comemoramos o 51.º aniversário da Revolução dos Cravos, refletindo necessariamente sobre a importância de mantermos viva a essência de abril no nosso presente.

Estamos num momento em que, mais do que nunca, é preciso afirmar que a democracia deve ser encarada como rejeição da intolerância, do ódio, da incompetência, do nepotismo e da implementação de estratégias, que não vão ao encontro das necessidades dos trabalhadores.

A democracia é a base da construção de uma sociedade plena de igualdades, de solidariedades, de oportunidades para todos e de consagração da qualidade de vida.

É crucial que mantenhamos a memória do passado, para termos a consciência de que é preciso defendermos e preservarmos a democracia nas nossas escolhas, porque é nela que reside o poder do povo em geral e de cada cidadão particular.

Falar de Abril é sempre falar do futuro, dos sonhos construídos, da esperança presente, da construção de alternativas, de um poder transformador que nos transporte para o país onde a felicidade seja alcançável.

Tornar a democracia mais madura é um verdadeiro exercício da soberania mais um aniversário do 25 de Abril.

É a falar do futuro e a torna-lo possível que celebramos mais um aniversário do 25 de Abril.

É a discutir os problemas e a procurar soluções, é a participar na nossa vida coletiva que honramos a liberdade e a democracia.

Porque falar sobre liberdade e democracia deve ser sempre um compromisso com o futuro, trabalhamos no presente para cumprir os valores de Abril.

Viva o 25 de Abril!

Os Deputados da CDU na Assembleia Municipal de Cuba em 29 de Abril de 2025.” -----

Deputado Carlos Almeida – leitura de saudação. -----

“Abril de abril

Quando parecem gastas as palavras de liberdade, quando a democracia parece desvanecer-se nos discursos populistas, quando a esperança de eternização dos que lutaram pela liberdade parece esmorecer, o povo ergue-se para lembrar que uma conquista árdua não haverá de perder-se em práticas e doutrinas que ludibriam as massas. A morte de um Papa, particularmente do Papa Francisco, não pode, num país laico, ofuscar a celebração da liberdade. Francisco foi um líder religioso de exceção, de liberdade oratória, sem medos, num meio onde é difícil assumir a postura que o caracterizou; um acérrimo defensor da liberdade, da democracia e da inclusão. Ideais que deveríamos prosseguir, mas que hoje, em Portugal, são postos em causa. Portugal é hoje um país dividido, ludibriado por falsas notícias e desinformação, que colocam em causa, inclusive, a fama de sermos um país acolhedor.

O 25 de Abril trouxe-nos a democracia, trouxe-nos o acesso à educação, à informação, ao livre-arbítrio, trouxe-nos a possibilidade da igualdade, o júbilo da fraternidade. E que fizemos nós com isso?

Sabemos que a educação tem um papel determinante nas democracias – um povo alfabetizado e que desenvolve diferentes competências nas diferentes áreas do conhecimento, é um povo menos permeável às ditaduras. Ora, se é verdade que após o 25 de abril Portugal melhorou significativamente a taxa de alfabetização e de abandono escolar, também é verdade que caiu, atualmente, na desvalorização da educação. Entre outras consequências, a falta de aposta na educação, fez crescer, nos insatisfeitos, o discurso populista, o ludíbrio da falsa notícia, a desinformação que aceitamos sem questionar e ainda aplaudimos.

A nível social, o 25 de abril bafejou-nos com a liberdade de opinião, o fim da censura, um sistema político mais justo e igualitário, a garantia de direitos individuais e coletivos, avanços significativos na educação, saúde e direitos das mulheres. Particularmente na saúde, um dos pilares do estado de bem-estar social, Portugal soube garantir o acesso a cuidados de saúde para todos os cidadãos, independentemente da sua condição social ou económica, através do Serviço Nacional de Saúde. Ainda que enfrente hoje problemas, e não sendo ainda o sistema perfeito - pode e deve ser melhorado - também é importante que não percamos de vista que é um bem fundamental para o bem-estar de todos.

Lamentamo-nos frequentemente com a lentidão da nossa justiça, mas deveremos também congratular-nos com o facto de, no nosso estado democrático, o acesso à justiça ser garantido, mesmo para aqueles que não têm recursos financeiros. A economia tem tido percalços, mas também tem demonstrado resiliência e crescimento, com o PIB a aumentar 1,9% em 2024. No entanto, enfrenta desafios como um crescimento moderado e instabilidade, com implicações que advêm da instabilidade política nacional, mas também dos mercados internacionais. A democracia resgatou-nos da ilha económica que a ditadura criou: a entrada para a União Europeia possibilitou-nos, apoio financeiro e também político, que tem contribuído para o desenvolvimento económico, social e territorial do país. Dispomos hoje de fundos europeus que financiam projetos em diversas áreas, sejam infraestruturas, investigação, educação e saúde, seja para apoiar a recuperação e resiliência da economia portuguesa após crises. Não podemos voltar a estar "orgulhosamente sós" e reféns da nossa sorte.

Acreditamos que, hoje, o desafio de abril é compreender as mudanças que se produziram nestes 51 anos e mudar a questão para: o que podemos fazer para manter viva a democracia conquistada em 1974?

Politicamente, o discurso dominante tende a esbater, senão mesmo a limitar a liberdade de expressão, um dos valores fulcrais da nossa, ainda jovem, democracia. A justiça social, expressa na igualdade de direitos e de oportunidades, na solidariedade coletiva, é posta em causa e tem-se apostado no reverso da medalha. Um mundo melhor, mais justo e fraterno para todos, a proclamada inclusão de que o Papa Francisco fez bandeira, arrisca-se a ser uma miragem se não ousarmos ser cidadãos críticos, intervenientes e participativos em prol da democracia.

É este o designio de abril!

Viva a democracia! Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!

Os deputados do Partido Socialista" -----

Deputado José Roque – leitura de moção. -----

25 de Abril, 1.º de Maio e Constituição da República Portuguesa

«Evocar o 25 de Abril de 1974, a cada ano, é manter viva a memória desse dia glorioso, que rompeu os grilhões que aprisionaram o país a quase cinco décadas de ditadura e que nos fez acreditar que é possível concretizar sonhos e operar mudanças sociais profundas, com muita coragem, determinação e engenho, mas sem violência.



É, também, prestar homenagem aos Capitães e Militares de Abril, bem como a todos os homens e a todas as mulheres que participaram na luta, de forma mais ou menos anónima, na clandestinidade, nas ruas e nos dias seguintes, na construção coletiva de um país onde tudo estava por fazer. Pessoas que suportaram a repressão da PIDE, a tortura nas prisões do regime, a censura, o medo e o afastamento das famílias, uma guerra colonial de que pouco se fala, mas que deixou cicatrizes profundas e feridas ainda por sarar. Pessoas que edificaram as bases do nosso sistema Democrático e fizeram do Poder Local Democrático um pilar essencial de desenvolvimento. Pela sua importância, enquanto processo libertador e transformador, o 25 de Abril exige-nos que continuemos a nutri-lo e que, mais do que uma memória e evocação do passado, o façamos presente no nosso quotidiano. A Constituição da República Portuguesa, que cumpriu, no dia 2 de abril, 49 anos de existência, continua a ser uma das mais progressistas do mundo e traduz um conjunto de direitos fundamentais, que revelam uma visão humanista, de igualdade, liberdade, qualidade de vida e paz para todas as pessoas, em muito similar aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 propostos pelas Nações Unidas. As ameaças quotidianas à nossa Constituição, por quem a considera um obstáculo aos seus objetivos, devemos, pois, responder com a sua afirmação e defesa inequívoca.

Num tempo em que se registam tantas dificuldades no Serviço Nacional de Saúde, na Escola Pública, no acesso a habitação condigna e a trabalho com direitos;

em que assistimos ao rápido surgimento de uma nova pobreza em Portugal, constituída por pessoas que, apesar de empregadas, não conseguem fazer face ao custo de vida;

em que a juventude mais formada e preparada de sempre não consegue ultrapassar a precariedade e reunir condições para ser independente;

em que, neste país de brandos costumes, se multiplicam casos de violência, assédio, racismo, xenofobia e outros alarmantes exemplos de discriminação e desigualdade, e onde o populismo encontra terreno fértil para coartar o que havia sido conquistado, branquear a História e promover o fascismo – a Constituição é o garante do cumprimento dos direitos nela consagrados e, de forma global, dos valores de Abril.

Ainda de olhos postos nas comemorações dos 51 anos da data histórica, os deputados da CDU na Assembleia Municipal de Cuba exortam à urgência de cumprir, integralmente, estes direitos e saudam o 25 de Abril de 1974, o 1.º de Maio e o 49.º aniversário da Constituição da República Portuguesa, os Militares de Abril e todas as pessoas que, ao longo de meio século, têm mantido vivas a história, a memória, a luta e os valores de Abril, e convida a população do Concelho de Cuba a associar-se a este ano de celebração. Abril não pode ficar para depois... as comemorações não podem nem devem ser adiadas.

“Abril para já!”»

“Abril para ser comemorado sempre!”

A moção foi aprovada por unanimidade.

Deputada Helena Lança – leitura de saudação. -----

“Saudação ao 1.º de Maio – Dia Internacional do trabalhador

Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Cuba, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores e munícipes presentes,

*No passado dia 25 de Abril celebrámos, uma vez mais, o alvorecer da nossa liberdade. Hoje, à beira do 1.º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador, evocamos o outro rosto dessa mesma madrugada: o direito de cada mulher e de cada homem viver do fruto do seu trabalho em dignidade. Recordamos hoje um dos maiores fundamentos da luta dos trabalhadores: “A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” * para quem o trabalho é simultaneamente esforço e libertação. A Revolução dos Cravos – feita com militares, mas também com operários, camponeses, professores e enfermeiras – devolveu-nos a palavra, o voto e o direito a exigir que o pão conquistado com o suor de todos os que trabalham seja repartido com justiça.*

Neste sentido, queremos hoje recordar quem abriu veredas antes de nós – as greves clandestinas; as cooperativas de resistência; as mulheres do têxtil e do campo que desafiaram a ditadura por melhores salários e condições de vida dignas. Reafirmamos conquistas - a jornada de oito horas, a contratação coletiva, a segurança social universal, o salário mínimo nacional; a liberdade de organização sindical e partidária. E por fim, projetamos também hoje o futuro: salário digno que acompanhe a produtividade; proteção laboral na economia de plataformas; transição ecológica que não abandone ninguém; valorização de quem presta serviço público, e justiça laboral para todos, independentemente de género, ascendência, território de origem, convicções políticas ou ideológicas, ou condição social.

Saudemos, pois, o 1.º de Maio como festa de solidariedade sem fronteiras e ocasião de compromisso local. No concelho de Cuba continuaremos a exigir condições de trabalho seguras, salários que fixem gente nova, apoio a quem cuida, a quem ensina, a quem limpa, a quem semeia e a quem cria empresas.

Porque quando o trabalho avança, avança toda a sociedade. Viva o 1.º de Maio! Viva a Liberdade conquistada a 25 de Abril! Viva o Povo Trabalhador!-----

Deputado José Roque – deixou uma reflexão sobre o apagão. -----

“Mira Amaral denuncia “falha técnica muito grave” e sugere ao Governo avançar com inquérito



Luis Mira Amaral criticou a demora na reposição da eletricidade depois do apagão desta manhã de segunda-feira. O ex-ministro alertou para "uma falha técnica grave", fruto de "decisões políticas irresponsáveis" do PS e PSD.

Luis Mira Amaral, antigo ministro da Indústria e Energia, fez duras críticas à gestão do sistema elétrico português, na sequência do apagão que deixou Portugal às escuras esta segunda-feira. Em entrevista à SIC Notícias, Mira Amaral descreveu o que aconteceu como "uma falha técnica muito grave" e apelou a uma investigação séria à resposta das infraestruturas energéticas nacionais.

"Antes de ser ministro, fui engenheiro de redes na EDP. Conheço perfeitamente o sistema, sei do que falo", afirmou, acrescentando que "muitos ministros tomaram decisões irresponsáveis, sem competência e sem terem o bom senso de ouvir quem sabe da matéria."

Mira Amaral apontou o dedo às políticas que, nos últimos anos, segundo referiu, deixaram o país dependente da energia de Espanha. "Entrámos no mercado ibérico de eletricidade, onde passou a ser mais vantajoso importar energia espanhola do que produzirmos nós. Temos os nossos geradores parados porque é mais económico importarmos energia elétrica de Espanha do que produzir nas nossas centrais e ter custos variáveis", explicou. O ex-governante alertou para o encerramento, que considera "premature e irresponsável", das centrais a carvão. "Já na altura, a rede espanhola foi quem nos salvou.

Só me admiro que esta situação só tenha acontecido agora", disse.

Sobre o incidente desta segunda-feira, Mira Amaral falou de falhas estruturais:

"Em Portugal, só duas centrais tinham capacidade de 'black start'. Acho uma vergonha, num país destes, ter havido às 11:30 um apagão e depois levamos tanto tempo para repor a normalidade da rede - que ainda não está reposta", afirmou

E continuou:

"E o tempo que se levou a repor a normalidade...Considero uma falha técnica muito grave do sistema e acho que o Governo devia mandar fazer um inquérito para encarar seriamente a situação."

O antigo ministro voltou a lamentar que a recuperação tenha sido lenta. Disse: "Tínhamos meios parados que podiam ter entrado em funcionamento mais cedo."

Termino com uma frase para reflexão:

Connosco foram 12 horas

EM GAZA NÃO HÁ LUZ FAZ 18 MESES." -----

ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Não se registaram intervenções.

ORDEM DO DIA:

1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade municipal, feita nos termos da alínea c) do nº.2 do artigo 25.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no período de **01/02/2025 a 31/03/2025. Para conhecimento.**

Não se registaram intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

2 – Relatório de Gestão e das Contas do Exercício de 2024 do Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda., em conformidade com os artigos 24.º e 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, em articulação com os artigos 246.º n.º 1 al. e) e 270-G, ambos do Código das Sociedades Comerciais. Razões do Atraso na Conclusão do Documento. **Para conhecimento.**

Não se registaram intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

3 – Apreciação dos Documentos de Prestação de Contas Individuais do Município de Cuba, reportadas ao ano de 2024, em conformidade com o artigo 76.º n.º 1 da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual. **Para deliberação.**

Dra. Carmen – fez a apresentação técnica do documento.

“Boa noite a todos e a todas. Vou fazer aqui a apresentação da Prestação de Contas 2024, não com nenhuma novidade em termos de apresentação, não houve muito tempo para isso. Vou fazer como nos anos anteriores, abordar 4 capítulos que considero importantes, que nos dão em termos de resumo a visão do que é a prestação de contas que estamos aqui a discutir. Num primeiro tema, vemos a parte dos Recursos Humanos, num segundo a parte da Execução Orçamental em que nos debruçamos sobre o apuramento do saldo da gerência e numa vertente de caixa em termos do apuramento do saldo, depois um custo por funções e depois a parte do relato

financeiro em que nos debruçamos mais sobre a questão patrimonial. Em termos de introdução, um bocado repetitivo, como sabem estamos com o sistema de normalização contabilístico já desde 2020, este sistema dá-nos uma nova visão da Prestação de Contas para além do que é o cumprimento legal porque já o tínhamos também com outros sistemas, incorpora uma uniformidade e credibilidade e no fundo dá-nos uma maior transparência e comparabilidade das contas públicas. A ênfase é na parte mais da financeira, pronto aqui é no fundo só recordarmos o sistema contabilístico em que estamos a fazer a apresentação das contas. O Sistema é do ano 2020, estamos com esta implementação já há algum tempo, mas sempre com algumas novidades, em que mais à frente poderemos depois referenciar alguma influência que teve nos resultados a nível da patrimonial no ano de 2024. À semelhança do ano anterior, não nos podemos também no fundo alhear do que está à nossa volta e da influência que pode ter também nas contas, que por mais pequenos que sejamos em termos de universo estaremos influenciados. Vivemos ainda tensões internacionais, com realce para conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente e que nos geraram, continuaram a gerar incerteza, e essa incerteza acaba por nos ser evidente e modelar no fundo a nossa Prestação de Contas, a nossa vida, quer particular, quer depois das entidades. Em termos de Recursos Humanos, no ano de 2024, o Município ficou em termos de saldo final com 194 colaboradores distribuídos, entre eleitos em regime de permanência, gabinete de apoio, os dirigentes, carreira informática, são estas em termos de carreiras especiais, fiscal municipal e ainda as carreiras gerais com pessoas integradas em parceria com o Instituto de Emprego e Formação profissional na medida de emprego de apoio apoiado, e também outras medidas que já vêm sendo habituais, e também a distribuição do pessoal por carreiras categoria, verifica-se que a grande maioria, se centra ali pelos assistentes operacionais em que temos 114 elementos. Em termos da evolução dos recursos humanos o saldo é positivo e podem visualizar através do gráfico essa mesma evolução que está em termos de carreiras ao longo deste período desde 2015 a 2024. Tal como estava a dizer, da observação do gráfico é importante refletirmos sobre esta evolução nos últimos dez anos levámos, fizemos aqui um apanhado um bocadinho mais longo do que as próprias situações que vão sendo elencadas ao longo da Prestação em que fazemos os últimos 3 anos, verificando-se no ano de 2024 mais 3 trabalhadores também na carreira de assistente operacional. Tal como em anos anteriores, deixar aqui uma breve referência também para refletirmos um pouco dos dados do balanço social, no que diz respeito aos recursos humanos e que nos dão depois uma base em termos de planeamento e de gestão para anos seguintes. Algumas conclusões, o nível etário é de 50 anos, o índice de envelhecimento situa-se na ordem dos 38%, o índice de rotação é 1,03, a taxa de tecnicidade é 8,71, taxa de enquadramento 3,08, e em termos de incidência de acidentes de trabalho é de 6,15. Em termos deste capítulo, também para não ser massudo e não querendo alongar-me em termos de apresentação, eram estas as referências que queria deixar. No que diz respeito à execução orçamental, em termos da receita constata-se que houve um acréscimo de volume de receita dentro da ordem dos 471 mil euros comparativamente ao ano de 2023, não tendo em consideração o saldo da gerência. Relativamente ao grau de execução, no exercício foi de 76 79 e foi inferior ao exercício de 2023 que tínhamos alcançado 78 74. Em termos da arrecadação de título da receita corrente, também foi superior em 2024 e tivemos uma execução dentro da ordem dos 75 29, relativamente à receita de capital à um decréscimo na ordem dos 654 mil euros e uma execução de 82 91.

Relativamente à evolução e em termos de gráfico é melhor a visualização e poderemos verificar o que foi dito anteriormente. Também relativamente à receita corrente e, aqui em termos de gráfico, verificamos que há um aumento comparativamente ao ano de 2023 em termos das transferências correntes, e que se deve essencialmente ao aumento do Orçamento de Estado e ao que recebemos em termos de financiamento do fundo de descentralização. Em termos das receitas de capital, há um decréscimo relativamente ao ano de 2023 acentuado e que se deve essencialmente à questão de saldos finais de projetos que terminaram, recebemos menos valores em termos das transferências de fundos comunitários e há aqui uma diminuição considerável em termos das transferências de capital. Como conclusão, temos que a receita cobrada foi dentro da ordem dos 9 milhões, 7 milhões de correntes, 1 milhão e 600 mil dentro do capital e depois os 120 mil correspondem a outras receitas, essencialmente da aplicação do saldo da gerência. O grau de execução do exercício foi de 76 79 não cumprindo assim o depósito no número 3, do Artigo 56 da Lei das Finanças Locais. Essencialmente é esta questão, relativamente ao ano de 2023, um aumento da receita que corresponde a 4,43%. E penso também, para não me estar a repetir, que são as transferências que têm o maior peso na ordem dos 68%. No que respeita à despesa, ela também acompanha um crescimento, no fundo acompanha o crescimento da receita, tem uma execução de 8 milhões 961 mil euros, e com um grau de execução dentro da ordem dos 76%. A despesa paga, relativamente a 2023, cresce 398 mil euros, e em termos percentuais mais 4,66%. Verificamos também ao nível dos compromissos assumidos que é dominante em termos da despesa corrente, relativamente à de capital. Em termos dos compromissos a transitar, são as aquisições de bens e serviços que detêm uma maior predominância dentro dos 550 mil euros, e também ao nível das obrigações por pagar, dizer que elas se situaram nos cerca de 1 milhão e 654 mil euros, dos quais há uma antiguidade superior a 90 dias dentro de 1 milhão de euros. Em termos de saldo da despesa, e o gráfico acaba por ser mais elucidativo, temos aqui ao nível das correntes uma subida, ao nível da despesa ele vai acompanhar também no fundo o que foi repetido no que diz respeito à parte da receita. Em termos da estrutura da despesa e pelo gráfico podemos visualizar que são as despesas com o pessoal, a aquisição de bens e serviços, que detêm aqui a um maior diferencial relativamente ao ano de 2023, nomeadamente, um crescimento da despesa corrente na ordem dos 12 94 e um decréscimo na ordem dos 18,48% em termos do capital. Relativamente às comparações com 2023, um acréscimo das despesas com o pessoal dentro dos 10%, e que corresponde maioritariamente às questões de aumentos intercalares, e que estiveram mais relacionados com a questão do acelerador de carreiras. Em termos dos bens e serviços, há um crescimento de 27% relativamente ao ano de 2023. Em termos de juros e outros encargos, há um acréscimo na ordem dos 39%, houve uma maior utilização em termos do capital alheio, deixaram de haver empréstimos com período de carência, começando depois no fundo a amortizar o valor e a correspondente entre juros e depois também a parte de encargos que temos com o pagamento a AGDA. Em termos de transferências correntes, elas foram inferiores a 2023, tendo alcançado uma percentagem de 14,5% e também foi fruto a inversão aqui em termos das transferências de capital de algumas alterações ao nível protocolar. Ficaram compromissos em termos de transferência de capital a transitar, um montante de 195 mil euros. A chegar aqui, ao encontro do saldo da gerência, a diferença no fundo entre a receita arrecadada, cobrada e a despesa paga, o saldo da gerência em termos de execução orçamental foi

3

inferior ao ano de 2023, obtivemos um saldo de 107 mil euros. Em termos das grandes opções do plano, um documento que elenca uma parte do investimento nas atividades mais relevantes atingiram 69,27% do montante previsto entre plano plurianual de investimentos e atividades mais relevantes, que no fundo andam todos à volta desta percentagem. São as funções sociais que mais contribuíram para a execução das grandes opções do plano, nomeadamente a questão da cultura, do ensino superior e da ação social. Em termos de gráfico a visualização do que foi descrito anteriormente. Em termos do tema três, e do custo por funções, estarei a repetir-me relativamente ao ano anterior porque pouco evoluímos em termos da contabilidade de gestão, que sendo obrigatória, temos aqui algumas dificuldades de apuramento, da parte dos proveitos, estamos a reformular o nosso plano de contas da contabilidade de gestão, mas efetivamente em relação ao ano de 2023 o que temos aqui de diferente é o apuramento dos custos indiretos por funções, no ano anterior não foi apresentado e que tentámos melhorar o mapa em termos da apresentação das funções e que servirá de base para podermos depois de uma forma mais correta fazer refletir na nossa tabela de taxas os preços. Em termos deste item, as funções, verifica-se que são as funções gerais que têm um peso pouco significativo em termos da estrutura de custos, dentro dos 18,77, e aqui chegamos a um apuramento dentro dos 9,2 milhares de euros e integra sobretudo o apuramento que fazemos dos custos dos órgãos das autarquias e dos serviços que lhe estão a dar apoio, nomeadamente, a área administrativa, financeira e jurídica. São as funções sociais que têm um peso maior nesta questão das funções e do apuramento do custo por funções. Não me alongarei muito nesta matéria porque efetivamente, fizemos aqui um mínimo que foi apurar os custos por funções. Em termos de relato financeiro, falar um bocadinho da questão do ativo, do balanço e da demonstração de resultados, as evoluções a nível do ativo e as comparações com o ano de 2023. Relativamente à parte do ativo dizer-vos que o ativo total teve um decréscimo de 5,97% e que o mais importante aqui, em termos de leitura e deixar transparecer será as modificações que ocorreram em termos dos ativos fixos tangíveis, nomeadamente a questão da E redes, em que houve um desreconhecimento dos bens que temos de concessão, isto porque em fevereiro houve da parte da comissão de normalização contabilística uma orientação técnica que nós quisemos fazer cumprir e refletir nas contas face a determinadas incertezas que há na forma correta do apuramento dos bens que temos em concessão da E Redes, esta orientação técnica diz não havendo fiabilidade em termos dos registos, as orientações foram no sentido de haver um desreconhecimento, embora isto tenha saído em fevereiro nós ainda estávamos com os trabalhos da a de contas e houve um esforço para que fizéssemos este desreconhecimento e refletir nas contas de acordo com essa orientação. Levou-nos a que todo um trabalho que foi feito no ano anterior, queríamos refletir não havendo certezas, mas havendo informação. Este ano as orientações foram nesse sentido e nós fizemo-lo refletir ainda nas contas. Houve municípios que não o fizeram por ter sido muito em cima da prestação de contas, nos acabámos por querer fazer e é essencialmente ao nível do ativo e depois também em termos da parte do passivo, dos deferimentos, que fazemos no fundo, se centram aqui as grandes mudanças, em tudo o que está implícito no desreconhecimento dos bens que estavam afetos na parte dos ativos fixos tangíveis, mas também na parte das amortizações que lhes estão inerentes e o reconhecimento dos deferimentos em termos de subsídios ou investimento. Por isso em termos da evolução do ativo há uma nota importante que vos deixo em termos da

13

prestação de contas de 2024, é efetivamente este desconhecimento dos bens que estão em concessão da E Redes. Depois a nível do ativo, e não me querendo alongar muito, temos algumas situações fáceis de visualizar e que tiveram acesso em termos do relatório algumas diminuições em termos das dívidas que temos, que tínhamos a receber de clientes, contribuintes e utentes, houve um esforço na arrecadação de receita e de dívida. Não o fizemos da melhor forma, houve um decréscimo da dívida na ordem dos 40%, queríamos ter ido mais além, mas são situações às vezes por falta de pessoal, alcançar os objetivos em pleno não foi possível, houve um esforço dos serviços na recuperação de dívida. Em termos de caixa e depósitos houve uma diminuição em relação ao ano de 2023, na questão do ativo era isto que vos queria dizer e que acaba por estar no resumo. Não há nada mais importante que vos queria transmitir, também tiveram acesso através do relatório. Em termos da evolução do passivo, dizer-vos houve um decréscimo mais razoável e que se deve essencialmente, como expliquei anteriormente, também há implicações em termos do passivo no que diz respeito à parte dos deferimentos relacionados com a questão da E Redes, houve uma diminuição da dívida a fornecedores, quer de fornecedores de investimento, quer de fornecedores conta-corrente, ao próprio estado e outros entes públicos também se verificou uma diminuição e na questão dos deferimentos a diminuição é bastante substancial na ordem dos 90%, 90,8% que tem a haver com a passagem, o imobilizado firme, e no fundo o subsídio ao investimento que lhe estava associado, que reflete esta diminuição bastante expressiva. Acabei por dizer o que está aqui no resumo, não querendo ser maçadora, mas dando a informação que considero pertinente. Em termos de fundos próprios, há um crescimento de 1,1%, verificamos que o resultado líquido do período, embora negativo relativamente ao ano de 2023, acaba por ter aqui uns 51% comparativamente ao ano de 2023 em que tivemos 1 milhão 244 mil euros, o resultado encontrado em 2024 é de 604 mil euros, depois toda a influência e movimentação em termos dos resultados transitados e da aplicação do ano anterior e depois as outras variações que ocorreram aqui por via dos subsídios ao investimento que começaram a ter o seu deferimento e aplicaram em termos das outras variações. Em termos da demonstração de resultados, em termos de rendimento, também temos aqui um crescimento 17,2% e que acaba por se dividir pelos vários rendimentos e todos eles com um crescimento no ano 2024. Comparativamente ao ano de 2023, há uma subida de 30,5%, nomeadamente a nível dos impostos diretos também das taxas, multas e outras penalidades menos significativas em termos das vendas, e esse crescimento resulta das atualizações da tabela de preços. A nível das prestações de serviços temos uma diminuição dentro da ordem dos 5,9%, tal como tinha referido, o peso que temos nas transferências obtidas que no exercício totalizaram 5,1 milhões de euros e há um aumento de 21,5% e resulta essencialmente do orçamento de estado e do fundo de financiamento de descentralização, e depois nos outros rendimentos a aplicação do método de equivalência patrimonial em termos do resultado obtido do Centro de Estudos e que se reflete nos investimentos do município. Em termos de gastos, um acréscimo de 7,2% que acabam por ser significativos. Em termos de gastos com o pessoal, visto de uma perspetiva financeira também um crescimento de 5,3%. Na questão das amortizações, sofrem um decréscimo por todas as regularizações inerentes aos desconhecimentos dos ativos em concessão da E redes. Em termos do limite da dívida total, dizer que o apuramento do ano, temos uma margem utilizável dentro dos 2 milhões, que no cálculo limite da dívida total fazemos a média dos últimos 3 anos, da

3

cobrança dos últimos 3 anos da receita multiplicado por 1,5 que dá nos um determinado limite. Olhamos para a dívida que tínhamos em 01/01/2024 e a que tínhamos em 31/12 e encontramos uma margem que somamos ao que tínhamos inicialmente, expurgamos daqui quer os acréscimos, quer os deferimentos, as operações de tesouraria, quer os empréstimos, fazendo refletir que os que estão contratualizados não estavam a ser utilizados a 31/12, nomeadamente estes 268 mil euros que não estavam a ser utilizados que eram do CRO, tem execução já em 2025, mas que estando contratado deverá fazer parte do nosso limite da dívida total. Em termos de equilíbrio orçamental, o ano 2024, tivemos um valor positivo, um superavit, do encontro entre a receita corrente cobrada bruta, menos a despesa corrente paga, tendo em consideração depois a amortização média de longo prazo no fundo, tal como expliquei nos outros anos acaba por ser uma almofada, um incentivo à parte do investimento e a lei assim o obriga a chegarmos a este apuramento desta forma. No fundo o exercício de 2024 foi melhor que 2023 no que diz respeito à regra do equilíbrio orçamental, embora não tenhamos recuperado o que ficou do ano 2023. Relativamente aos pagamentos em atraso, como puderam ver na demonstração de dívida por antiguidade de saldos, um mapa que está na prestação de contas, o Município ficou com pagamentos em atraso na ordem dos 500 mil euros. Se houve alguma coisa que ficou menos explícita estarei disponível para esclarecimentos.” -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação, o ponto foi aprovado por maioria com 1 voto contra e 3 abstenções dos deputados do Partido Socialista. -----

4 – Apreciação da Revisão n.º 1 ao Orçamento Municipal de 2025 e respetivas GOP’s, em conformidade com o artigo 25.º n.º 1 al. a) da Lei n.º 75/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual. Para deliberação. -----

Deputada Helena Lança – questionou a utilização do saldo de gerência consignado, de forma a que fosse explicado o valor que faz parte do legado, a parte livre ou de verbas vinculadas e se estaria legalmente prevista a afetação a um novo destino. -----

Presidente Câmara – lembrou que o legado vem sempre refletido na Prestação de Contas. -----

Dra. Carmen – explicou que “o legado é antigo, está na câmara há mais de 20 anos, foi deixado por Francisco Xavier Vieira com a intenção de construção de uma creche, a verba encontra-se consignada numa conta, a ganhar juros, um valor de 47 mil euros. Houve sempre a intenção de utilizar a verba, sendo impossível a construção de uma creche com este valor. Estamos sempre limitados, sem conseguir cumprir o testamento. Foram feitas várias diligências para lhe ser dado um destino diferente, mas foi sempre negada essa situação. A não utilização do saldo levanta sempre questões por parte da CCDR. A intenção será utilizar a verba num projeto relacionado com a educação.” -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com 4 abstenções dos deputados do Partido Socialista. -----

5 – Proposta de Regulamento da Praia Fluvial de Albergaria dos Fusos. Para deliberação. -----

Deputada Helena Lança – questionou o facto de não ter encontrado no documento qualquer referência de consulta prévia ou relatório de participação dos munícipes. Além disso, deixou duas sugestões : a primeira, de forma a tornar o documento mais transparente, este deveria ter uma tabela com as contraordenações e os valores associados; a segunda no âmbito das acessibilidades, com a existência de um passadiço para pessoas com mobilidade reduzida , de forma a garantir acesso até à linha de água. -----

Presidente Câmara – passou a palavra ao Dr. Vítor Fialho para prestar esclarecimentos. -----

Dr. Vítor – explicou que “ o regulamento resultou de um trabalho conjunto da equipa que tem a área do desporto. Os regulamentos quando têm em termos de natureza administrativa equacionar duas situações : a publicidade , a eficácia e a participação. No que diz respeito à publicidade, ela vai ser feita em Diário da Republica para atingir o maior número de pessoas. Em relação à eficácia, ela é externa daí estar aqui na Assembleia Municipal. Em relação à necessidade de auscultar os privados, ela existe quando nós criamos ónus, ou seja imputamos aos particulares deveres. Neste caso em concreto não há nenhum dever específico, e a estratégia do grupo , visando ter o regulamento pronto para esta época balnear era não existindo vinculação nem ónus para os particulares, não efetuar consulta prévia, uma situação que é feita por várias outras câmaras que têm regulamentos similares. Por último, é um documento estruturante, vai estar em vigor durante alguns anos , algumas medidas de aplicação imediata outras nem tanto. A questão do passadiço, se nós tivermos bandeira azul o passadiço tem de lá estar, o passadiço não é obrigatório para o funcionamento da praia , a questão é que o passadiço é uma esteira, mas essa esteira , nas negociações que estamos a fazer, no mercado é perto de trinta mil euros. Nós não consideramos esse valor em termos de orçamento de 2025, estávamos a tentar obter no mercado algo menos dispendioso, não é possível. Está dependente ou não obtermos a bandeira azul para este ano de 2025, esse requisito para ter a bandeira azul sim esse passadiço é relevante, mas depois pela própria configuração da praia , aquilo tem um desnível máximo para que as cadeiras de rodas circulam , o que quer dizer que aquilo será um ziguezague, que tem um preço considerável, o Executivo está a ponderar, nós técnicos estamos a gerir esse processo, se é financeiramente exequível já para 2025 ter esse passadiço, agora o regulamento não vigora apenas para este ano. Por último, em relação à questão das coimas , a opção que se fez foi deixar no executivo a aplicação das penas em função daquilo que for o reporte da ocorrência. E também temos noção de que as penas, antes e acima de tudo, têm um carácter preventivo . A ideia da Câmara não é multar ninguém em dois mil euros ou em mil euros , é dissuadir as pessoas de efetivamente prevaricarem e não cumprirem as regras do regulamento . Como está, e os meus colegas que esboçaram a proposta foram ver em muitas câmaras, está no âmbito da Câmara e parte

essencialmente de uma questão , não vamos ao código da estrada que a GNR vai para a rua para multar, aqui é essencialmente numa perspetiva pedagógica, daí não se ter sido muito detalhado na aplicação das penalizações, para dar ao Executivo alguma perspetiva de fazer pedagogia e não de andar a pensar que aquilo é uma receita que geraremos com as coimas. É essa a perspetiva, foi essa a situação que nos foi presente e que eu tecnicamente achei que foi pertinente. As contraordenações estão previstas, mas elas são para dissuadir as pessoas de prevaricarem e não propriamente como uma fonte de receita da autarquia.” -----

Deputada Helena Lança – considerou que “em relação à consulta prévia deliberar regras sem ouvir as pessoas que usam as coisas, sem ouvir os munícipes , não faz sentido. Pode ser legítimo,mas põe em causa a legitimidade do regulamento. Falou nos privados, não percebi bem porquê. Eu penso nos munícipes em geral. Em relação ao passadiço, alguém que não consegue ir até à água, neste momento só poderá usar a cadeira anfíbia? Como se faz sem o passadiço?” -----

Presidente Câmara – disse que a praia foi candidatada a bandeira azul, existirá um passadiço até junto à água, e a entrada da pessoa na água será feita através da cadeira anfíbia. -----

Vereadora Sandra Serrano – explicou que o Executivo e os técnicos estão a trabalhar em todas as questões levantadas, não garantido que fiquem todas tratadas já neste verão e reforçando que será um grande investimento a ter de ser feito. -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com uma abstenção dos deputados do Partido Socialista. -----

II ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Não se registaram intervenções. -----

Terminada a ordem de trabalhos, e não havendo mais nada a tratar, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, dos quais, para constar se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e por mim, secretário que a redigi. -----

A Ata foi aprovada em minuta, por unanimidade, no final da sessão. -----

O Presidente:

João Duarte Oliveira Brito Palen

O Secretário:

Ana Isabel Gabriel Henriques Borges